

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE DIREITO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DIREITO**

JULIANA VENTURELLA NAHAS GAVIÃO

**O DIREITO FUNDAMENTAL SOCIAL À EDUCAÇÃO:**  
**APLICAÇÃO, PONDERAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO**

Porto Alegre

2017

**JULIANA VENTURELLA NAHAS GAVIÃO**

**O DIREITO FUNDAMENTAL SOCIAL À EDUCAÇÃO:  
APLICAÇÃO, PONDERAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção do título de mestre pelo Programa de  
Graduação da Faculdade de Direito da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Schenk Duque

**Porto Alegre**

**2017**

**JULIANA VENTURELLA NAHAS GAVIÃO**

**O DIREITO FUNDAMENTAL SOCIAL À EDUCAÇÃO:  
APLICAÇÃO, PONDERAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção do título de mestre pelo Programa de  
Graduação da Faculdade de Direito da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Schenk Duque

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior**

**Prof. Dr. Draiton Gonzaga de Souza**

**Prof. Dr. Jayme Weingertner Neto**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu marido, Anizio, por todo o suporte e carinho, e ao meu orientador, Marcelo Schenk Duque, pela acolhida e apoio.

## RESUMO

O direito à educação é um direito fundamental social porque requer a realização de prestações estatais positivas normativas e materiais. No Brasil, o direito à educação encontra justificação jusfundamental nas proposições normativas das disposições dos arts. 6º e 205 da Constituição Federal. As sentenças jurídicas nesse âmbito podem encontrar melhor justificação racional se assentadas no modelo de direitos sociais de Alexy, na ponderação e na argumentação no âmbito dos direitos sociais. O modelo de direitos sociais estabelece a ideia de que uma colisão de princípios envolvendo o direito fundamental à educação deve ser resolvida pela ponderação. O direito à educação, antes um direito *prima facie*, somente pode se tornar definitivo pela ponderação e a extração de uma norma de direito fundamental associada ao direito fundamental à educação. Essa norma associada constitui uma das posições fundamentais jurídicas que formatam o direito fundamental à educação, constituído de um feixe de posições fundamentais jurídicas. A ponderação como forma de aplicação do direito fundamental à educação deve ser realizada por um procedimento que possui regras e passos que devem ser observados rigorosamente, para que possa ser um procedimento racional. A partir disso é possível verificar quais os interesses que, abstratamente com mesma hierarquia, tem peso maior no caso concreto. A ponderação, uma vez levado a sério seu procedimento, constitui forma de argumento do discurso racional, enfraquecendo qualquer alegação acerca de sua irracionalidade. Se direitos fundamentais são princípios que podem colidir e se deixam solucionar pela ponderação, e se a racionalidade das decisões depende da argumentação jurídica para sua justificação, resta demonstrada a conexão entre ponderação e argumentação. O resultado disso será a existência de uma ponderação racional que conduza a resultados corretos. A argumentação jurídica tem o papel de assegurar a racionalidade à ponderação a partir da correção das premissas e da fundamentação correta de cada passo do procedimento. Esta investigação pretende deixar justificado que a interpretação e aplicação das normas do direito fundamental social à educação para fins da imposição judicial de deveres jurídicos definitivos a prestações estatais materiais constitui empresa passível de racionalidade.

Palavras-chave: direito fundamental, educação, ponderação, argumentação.

## ABSTRACT

The right to education is a fundamental social right because it requires the realization of positive normative and material state benefits. In Brazil, the right to education finds justification in the normative propositions of the provisions of arts. 6 and 205 of the Federal Constitution. Legal decision in this area can find a better rationale if they are based on Alexy's social rights model, on social rights weighting and argumentation. The social rights model establishes the idea that a collision of principles involving the fundamental right to education must be resolved by weighing. The right to education, rather a *prima facie* right, can only become definitive by weighing and extracting a rule of fundamental right associated with the fundamental right to education. This associated rule is one of the fundamental legal positions that shape the fundamental right to education, which is a bundle of fundamental legal positions. A procedure that has rules and steps that must be strictly observed so that it can be a rational procedure must perform weighting as a form of application of the fundamental right to education. From this, it is possible to verify which interests that, abstractly with the same hierarchy, have greater weight in the concrete case. Weighting, once taken seriously, constitutes a form of rational discourse argument, weakening any claim about its irrationality. If fundamental rights are principles that can collide and can be solved by weighing, and if the rationality of decisions depends on the legal argumentation for their justification, the connection between weighting and argumentation remains. The result of this will be the existence of a rational weighting leading to the correct results. The legal argument has the role of ensuring rationality to the weighting from the correction of the premises and the correct foundation of each step of the procedure. This investigation intends to justify that the interpretation and application of the norms of the fundamental social right to education for the purpose of the judicial imposition of definitive legal obligations to material state benefits constitutes an enterprise that is rational.

Keywords: fundamental right, education, weighing, argumentation.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1. A TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE ALEXY.....</b>	<b>13</b>
1.1 A DOGMÁTICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO TEORIA ESTRUTURAL .....	14
1.1.1 O conceito semântico de norma.....	15
1.1.2 Norma de direito fundamental e disposição de direito fundamental .....	17
1.1.3 A vinculatividade das normas de direitos fundamentais .....	19
1.1.4 O conceito de direito fundamental .....	21
1.2 DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO DIREITOS SUBJETIVOS .....	25
1.2.1 Norma e posição.....	25
1.2.2 Um sistema de posições jurídicas fundamentais: direito a algo, liberdades e competências .....	26
1.2.3 Direito fundamental como um todo .....	28
1.3 A ESTRUTURA DAS NORMAS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS .....	29
1.3.1 Duas construções de direitos fundamentais .....	30
1.3.2 Regras e princípios .....	31
1.3.3 Colisões de direitos fundamentais .....	34
1.3.4 Tipos de princípios .....	36
1.3.5 A ponderação .....	36
1.3.5.1 Significado.....	37
1.3.5.2 Críticas.....	38
1.3.5.3 Estrutura .....	43
1.3.5.4 Fórmula peso .....	51
1.3.5.5 Ponderação na regra.....	53
1.3.5.6 A dogmática dos espaços.....	54
1.4 A NORMA ASSOCIADA COMO RESULTADO DA PONDERAÇÃO.....	57
1.4.1 O espaço para extração da norma associada: abertura semântica e estrutural dos direitos fundamentais .....	60
1.4.2 Relação de precisão e fundamentação.....	63
1.4.3 Procedimento de extração de normas associadas .....	67
1.4.4 O caráter de regra da norma associada, subsunção e ponderação .....	68
1.5 ARGUMENTAÇÃO NO ÂMBITO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS .....	75
1.5.1 Ponderação e argumentação.....	75
1.5.2 A estrutura do fundamentar jurídico .....	80
1.5.3 Base e procedimento da argumentação no âmbito dos direitos fundamentais .....	86
<b>2. OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS .....</b>	<b>96</b>
2.1 DIREITOS SOCIAIS .....	96
2.2 O MODELO DE ALEXY .....	100

<b>3. O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....</b>	<b>104</b>
3.1 O CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO. ....	104
3.2 A DISPOSIÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 .....	107
3.3 A VINCULATIVIDADE DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO .....	111
3.4 O DUPLO CARÁTER E A NATUREZA DAS NORMAS QUE REGULAMENTAM O DIREITO À EDUCAÇÃO .....	114
3.5 O DIREITO À EDUCAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL SOCIAL .....	117
<b>4. ANÁLISE CRÍTICA DE CASOS .....</b>	<b>123</b>
4.1 O DIREITO À VAGA EM CRECHE DE CRIANÇA EM LISTA DE EXCEDENTE...124	
<b>4.1.1 Análise da decisão sob o ponto de vista da construção de regras: a justificativa interna e a estrutura do fundamentar jurídico .....</b>	<b>131</b>
<b>4.1.2 Análise da decisão sob o ponto de vista da construção de princípios .....</b>	<b>133</b>
4.1.2.1 O direito à educação como um feixe de posições fundamentais jurídicas .....	134
4.1.2.2 O modelo de direitos sociais e ponderação .....	135
4.1.2.3 Inexistência de princípios absolutos em um ordenamento jurídico que inclui direitos fundamentais.....	137
4.1.2.4 A natureza das normas que podem ser retiradas das proposições normativas que normalizam o direito fundamental à educação .....	139
4.1.2.5 A norma associada ao direito fundamental à educação .....	143
4.2 O DIREITO À MERENDA ESCOLAR.....	145
<b>421 Análise da decisão sob o ponto de vista da construção de regras: a estrutura do fundamentar jurídico .....</b>	<b>150</b>
<b>422 Análise da decisão sob o ponto de vista de construção de princípios.....</b>	<b>152</b>
4.2.2.1 A merenda escolar como uma posição fundamental jurídica do direito à educação..	152
4.2.2.2 A primazia incondicionada do direito fundamental à educação .....	153
4.2.2.3 Ponderação e norma associada .....	153
4.2.2.4 O argumento da fundamentalidade do direito à educação.....	154
4.3 O DIREITO AO TRANSPORTE.....	155
<b>431 Análise da decisão sob o ponto de vista da construção de regras.....</b>	<b>158</b>
<b>432 Julgamento por ementas .....</b>	<b>159</b>
<b>433 Análise da decisão sob o ponto de vista da construção de princípios: colisão de princípios e ausência de ponderação.....</b>	<b>161</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>162</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>166</b>



## REFERÊNCIAS

AARNIO, Aulis. *The Rational as Reasonable*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1987.

ALEXY, Robert. **A dignidade humana e a análise da proporcionalidade**. In: *Dignidade humana, direitos sociais e não-positivismo inclusivo*. Org. Robert Alexy, Narciso Leandro Xavier Baez, Rogério Luiz Nery da Silva. Florianópolis: Qualis, p. 13-38, 2015.

\_\_\_\_\_. **A fórmula peso**. In: ALEXY, Robert. *Constitucionalismo discursivo*. Trad. Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, p. 131-153, 2007.

\_\_\_\_\_. **A institucionalização da razão**. In: ALEXY, Robert. *Constitucionalismo discursivo*. Trad. Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, p. 19-40, 2007.

\_\_\_\_\_. *A Theory of Constitutional Rights*. Trans. Julian Rivers, Oxford: Oxford University Press, 2002; Trad. para língua espanhola: *Teoría de los derechos fundamentales*. Trad. Ernesto Garzón Valdés. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 2001; Trad. Para língua portuguesa: *Teoria dos direitos fundamentais*. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

\_\_\_\_\_. *An answer to Joseph Raz*. In: PAVLAKOS, George. (Ed.). *Law, Rights and Discourse*. Oxford: Hart Publishin, 2007, p. 17-35.

\_\_\_\_\_. **Colisão de direitos fundamentais e realização de direitos fundamentais no estado de direito social**. In: ALEXY, Robert. *Constitucionalismo discursivo*. Trad. Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, p. 55-69, 2007.

\_\_\_\_\_. *Comments and Responses*. In: KLATT, Matthias (ed.). *Institutionalized reasons: the jurisprudence of Robert Alexy*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 319 ss.

\_\_\_\_\_. **Constitucionalismo discursivo**. Trad. Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

\_\_\_\_\_. *Constitutional Rights, Balancing and Rationality*. *Ratio Juris*, v. 16, n. 2, Jun. p. 131-140, 2003.

\_\_\_\_\_. **Dignidade humana, direitos sociais e não-positivismo inclusivo**. Robert Alexy, Narciso Leandro Xavier Baez e Rogério Luis Nery da Silva (org.). Florianópolis: Qualis, 2015, p. 165-178.

\_\_\_\_\_. **Direito constitucional e direito ordinário – jurisdição constitucional e jurisdição especializada**. In: ALEXY, Robert. *Constitucionalismo discursivo*. Trad. Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, p. 71-92, 2007.

\_\_\_\_\_. **Direito e Moral**. In: HECK, Luis Afonso (org.). *Direito natural, direito positivo, direito discursivo*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p. 115-122.

\_\_\_\_\_. **Direito, razão, discurso**. Trad. Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

\_\_\_\_\_. **Direitos fundamentais no estado constitucional democrático.** In: ALEXY, Robert. *Constitucionalismo discursivo*. Trad. Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, p. 41-54, 2007.

\_\_\_\_\_. **Direitos fundamentais sociais e proporcionalidade.** In: ALEXY, Robert. *Dignidade humana, direitos sociais e não-positivismo inclusivo*. Organizadores: Robert Alexy, Narciso Leandro Xavier Baez, Rogério Luiz Neri da Silva. Florianópolis: Qualis, 2015, p. 165-178.

\_\_\_\_\_. **Direitos fundamentais, ponderação e racionalidade.** In: ALEXY, Robert. *Constitucionalismo discursivo*. Trad. Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

\_\_\_\_\_. **Direitos individuais e bens coletivos.** In: ALEXY, Robert. *Direito, razão, discurso*. Trad. Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, p. 176-198, 2009.

\_\_\_\_\_. *El concepto y la validez del derecho*. Trad. Jorge M. Seña. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

\_\_\_\_\_. *Formal Principles: Some replies to critics*. In: I-COM (2014), Vol. 12 nº 3, S. 515 f. BARAK, Aharon. *Proportionality*. New York: Cambridge University Press, 2012.

\_\_\_\_\_. **Fundamentação jurídica, sistema e coerência.** In: ALEXY, Robert. *Constitucionalismo discursivo*. Trad. Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, p. 117-130, 2007.

\_\_\_\_\_. *Human Dignity and proportionality*. Artigo que me foi alcançado pelo meu orientador Prof. Luís Afonso Heck, a quem agradeço, que o obteve pessoalmente junto à Robert Alexy.

\_\_\_\_\_. *Ideal “Ought” and Optimization*. Artigo que me foi alcançado pelo meu orientador Prof. Luís Afonso Heck, a quem agradeço, que o obteve pessoalmente junto à Robert Alexy.

\_\_\_\_\_. **Interpretação Jurídica.** In: ALEXY, Robert. *Direito, razão, discurso*. Trad. Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, p. 61-76, 2009.

\_\_\_\_\_. *La institucionalización de la justicia*. Trad. José Antonio Seoane, Eduardo Roberto Sodero y Pablo Rodriguez. Bogotá: Ed. Comares, 2005

\_\_\_\_\_. **Minha Filosofia do direito.** Trad. Org, Ver. Luís Afonso Heck. *Direitos fundamentais, teoria dos princípios e argumentação*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2015.

\_\_\_\_\_. *On Balancing and Subsumption. A Structural Comparison*. *Ratio Juris*, v. 16, n. 4, Dec. p. 433-449, 2003.

\_\_\_\_\_. *On the Structure of Legal Principles*. *Ratio Juris*, v. 13, n. 3. Sept., p. 294-304, 2000.

\_\_\_\_\_. *On the Thesis of a Necessary Connection between Law and Morality: Bulygin’s Critique*. *Ratio Juris*, v. 12, n. 13, Jun., p. 138-147, 2000.

\_\_\_\_\_. **Ponderação, jurisdição constitucional e representação.** In: ALEXY, Robert. *Constitucionalismo discursivo*. Trad. Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, p. 155-165, 2007.

\_\_\_\_\_. **Postscript**. In: ALEXY, Robert. *A Theory of Constitutional Rights*. Trans. Julian Rivers. Oxford: Oxford University Press, p. 388-425, 2002. Tradução para a língua portuguesa: Posfácio (2002). In: ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, p. 575-627, 2008.

\_\_\_\_\_. Proportionality. In: ROSENFELD, Michel e SAJÓ, András (Edited by). *The Oxford Handbook of Comparative Constitutional Law*. New York: Oxford University Press, 2013.

\_\_\_\_\_. *Reflections on How My Thinking about Law has changed over the Years*. Disponível em - <http://www.tampereclub.org/wordwordpress/wp-content/uploads/2011/09/Alexy-Robert.pdf> – Acesso em 15 ag. 2017.

\_\_\_\_\_. **Sistema jurídico e razão prática**. In: ALEXY, Robert. *Direito, razão, discurso*. Trad. Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, p. 162-175.

\_\_\_\_\_. *Social Constitutional Rights and Balancing*. Artigo que me foi alcançado pelo meu orientador Prof. Luís Afonso Heck, a quem agradeço, que o obteve pessoalmente junto à Robert Alexy.

\_\_\_\_\_. *Teoría de la argumentación jurídica*. Trad. Manuel Atienza e Isabel Espejo. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1987; Trad. para a língua portuguesa: *Teoria da argumentação jurídica*. Trad. Zilda Hutchinson Schild Silva, São Paulo: Landy, 2001.

\_\_\_\_\_. **Teoria discursiva do direito**. 2. ed. Org. Trad. E Estudo introdutório: Alexandre Travessoni Gomes Trivisonno. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

\_\_\_\_\_. **Teoria do discurso e direitos do homem**. In: ALEXY, Robert. *Direito, razão, discurso*. Trad. Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, p. 101-127, 2009.

\_\_\_\_\_. *The Nature of Legal Philosophy*. *Ratio Juris*, v. 17, n. 2, Jun., p. 156-167, 2004.

\_\_\_\_\_. *The Special Case Thesis*. *Ratio Juris*, v. 12, n. 4, Dec., p. 374-384, 1999.

\_\_\_\_\_. *Thirteen Replies*. In: PAVLAKOS, George (Ed.). *Law, Rights and Discourse*. Oxford: Hart Publishing, p. 333-366, 2007.

\_\_\_\_\_. **Um conceito não-positivista de direitos fundamentais**. In: HECK, Luis Afonso (trad. org. rev.) *Direitos fundamentais, teoria dos princípios e argumentação*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2015, p. 9-26.

ALEXY, Robert; BULYGIN, Eugenio. *La pretensión de corrección del derechos: La polémica Alexy/Bulygin sobre la relación entre derechos y moral*. Trad. Paula Gaido. Universidad Externado de Colombia. Serie de teoría jurídica y filosofía del derechos n. 18., 2005;

BARCELLOS, Ana Paula de. **O direito à educação e o STF**. In: SARMENTO, Daniel; SARLET, Ingo Wolfgang (coordenadores). *Direitos fundamentais no Supremo Tribunal Federal: Balanço e crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p.610.

BERNAL PULIDO, Carlos. *El principio de proporcionalidad y los derechos fundamentales*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2005.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BÖCKENFÖRDE, Ernst-Wolfgang. *Escritos sobre derechos fundamentales*. Trad. Juan Luís Requejo Pagés e Ignácio Villaverde Menéndez. Baden-Baden: Nomos, 1993.

BOROWSKI, Martin. *La estructura de los derechos fundamentales*. Trad. Carlos Bernal Pulido. Bogotá: Universidad Externado de Colômbia, 2003.

BULYGIN, Eugenio e ALEXY, Robert. *La pretensión de corrección del derechos: La polémica Alexy/Bulygin sobre la relación entre derecho y moral*. Trad. Paula Gaido. Universidad Externado de Colombia, 2001.

COOMANS, Fons. *Justiciability of the right to education*. In: 2 Erasmus L. Ver. 427 2009, p. 427-443.

DUARTE, Clarice. **A educação como um direito fundamental de natureza social**. In: *Educação social*. Campinas, v. 28, n. 100, Especial, out./2007, p. 691-713.

DWORKIN, Ronald. *Taking Rights Seriously*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

GAVIÃO FILHO, Anízio Pires. **Colisão de direitos fundamentais, argumentação e ponderação**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011.

\_\_\_\_\_. **Direito fundamental ao ambiente**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2005.

GEWIRTH, Alan. *Are There Any Absolute Rights?* In: WALDRON Jeremy (Ed.). *Theories of Rights*. Oxford: Oxford University Press, p. 91-109, 1984.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**. Trad. Flavio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1997.

HADDAD, Sérgio e CAMPO, Maria Malta. **O direito humano à educação escolar pública de qualidade**. In: HADDAD, Sérgio e GRACIANO, Mariângela (Orgs.). *A educação entre os direitos humanos*. São Paulo: Ação educativa, 2006, p. 95-125.

HARE, R. M. *The Language of Morals*. Oxford: Clarendon Press, 1952.

HECK, Luís Afonso. **A Ponderação no Código de Processo Civil**. In: *Direito positivo e direito discursivo: subsunção e ponderação no direito constitucional e ordinário*. Org., trad. e rev. Luis Afonso Heck. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2017, p. 105-140.

\_\_\_\_\_. **O modelo das regras e o modelo dos princípios na colisão de direitos fundamentais**. *Direito e Democracia*. Canoas: 2001, v. 1, n. 1, p.113-122.

\_\_\_\_\_. **O Tribunal Constitucional Federal e o desenvolvimento dos Princípios Constitucionais: Contributo para uma compreensão da Jurisdição Constitucional Federal Alemã**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1995.

\_\_\_\_\_. **Regras, princípios jurídicos e sua estrutura no pensamento de Roberto Alexy**. In: LEITE, George Salomão (Org.). *Dos princípios constitucionais*. São Paulo: Malheiros, 2003,

p. 52-100.

HESSE, Konrad. **Elementos de direito constitucional da República Federal da Alemanha**. Tradução: Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Fabris, 1998.

\_\_\_\_\_. *Significado de los derechos fundamentales*. In: BENDA; MAIHOFFER; VOGEL; HESSE; HEYDE. *Manual de derechos constitucional*. 2. Ed. Madrid: Marcial Pons, 2001.

JESTAEDT, Mattias. *La teoría de la ponderación: sus fortalezas y debilidades*. In: LYNETT, Eduardo Montealegre (Coord.). *La ponderación en derecho*. Trad. Irmgard Kleine. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, p. 75- 113, 2008.

JOAQUIM, Nelson. Direito à educação à luz do Direito Educacional. **Revista Jus Navegandi**, ISSN 1518-4812, Teresina, ano 11, n. 1081, 17 jun 2006. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/8553>. Acesso em: 15 out. 2017, p. 1-2.

KLATT, Matthias and MEISTER, Moritz. *The Constitutional Structure of proportionality*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

KLATT, Matthias and SCHMIDT, Johannes. **Espaços no direito público**. Trad. HECK. Luís Afonso. Porto alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2015.

KLATT, Mathias. **Positive rights – Who decides? Judicial Rewiew in Balance**. Acessado em <http://graz-jurisprudence.at>, em 15 de abril de 2017.

\_\_\_\_\_. **Robert Alexy's Philosophy of law as system**. In: KLATT, Mathias (Ed). *Institutionalized reason*. Oxford: Oxford University, p. 1-26, 2012.

KOMMERS, Donald P. and MILLER, Russel A. *The Constitutional Jurisprudence of the Federal Republic of Germany*. 3 ed., rev. and expanded. Durham and London: Duke University Press, 2012.

KUMM, Mattias. *Political Liberalism and the Structure of Rights: On the Place and Limits of the Proportionality Requirement*. In: PAVLAKOS, George (Ed.). *Law, Rights and Discourse*. Oxford: Hart Publishing, p. 131-166, 2007.

LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do direito**. 3 ed. Trad. José Lamengo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. **Teoria dos direitos fundamentais sociais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

LOTHAR, Michael. **As três estruturas de Argumentação do princípio da proporcionalidade – para a dogmática da proibição do excesso e de insuficiência e dos principios da igualdade**. Trad. Luís Afonso Heck. In: HECK, Luís Afonso (org.). *Direito natural, direito positivo, direito discursivo*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p. 189-206.

LUDWIG, Roberto. **A norma de direito fundamental associada: Direito, moral, política e razão em Robert Alexy**. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2014.

\_\_\_\_\_. **A norma de direito fundamental associada: um conceito operativo e central da teoria de Robert Alexy.** In HECK, Luís Afonso (Org.). *Direito Fundamentais, Teoria dos Princípios e Argumentação: escritos em homenagem a Robert Alexy.* Porto Alegre Sergio Antonio Fabris, 2015.

MacCORMICK, Neil. *Legal Reasoning and Legal Theory.* Oxford: Oxford University Press, 1978.

\_\_\_\_\_. *Rhetoric and the rule of Law.* Oxford: Oxford University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. *Why Law Makes No Claims.* In: PAVLAKOS, George. *Law, Rights and Discourse.* Oxford: Hart Publishing, p. 59-67, 2007.

MacCORMICK, Neil; SUMMERS, Robert. **Interpretation and Justification.** In: MacCORMICK, Neil.; PAVLAKOS, George (Ed.). *Law, Rights and Discourse.* Oxford: Hart Publishing, 2007.

MOORE, G. E. *Principia Ethica.* New York: Dover Publications, Inc., 2004.

PIEROTH, Bodo; SCHLINK, Bernhard. **Direitos fundamentais.** Trad. Antonio Francisco de Souza e Antonio Franco. São Paulo: Saraiva, 2012.

POSCHER, Ralf. *The Principles Theory: How Many Theories and what is their Merit?* In: KLATT, Matthias. *Institucionalized reasons: the jurisprudence of Robert Alexy.* Oxford: Oxford University Press, 2012.

RADBRUCH, Gustav. *Arbitrariedad legal y derecho suprallegal.* In: RADBRUCH, Gustav. *El hombre en el derecho.* Trad. Aníbal del Campo. Buenos Aires: Ediciones de Palma, 1980, p. 127-141.

RAMIRES, Maurício. **Crítica à aplicação de precedentes no direito brasileiro.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

RAZ, Joseph; ALEXY, Robert; Bulygin, Eugenio. *Uma discusión sobre la teoria del derecho.* Edición y estudio preliminar de Hernán Bouvier, Paulo Gaido y Rodrigo Sánchez Brígido. Madrid: Marcial Pons, Ed., 2007.

RICHTER, Ingo. *The right to Education as a Constitutional Right.* In: 5 Int'l J. Educ. L. & Pol'y 5, 2009, p. 05-09.

RIVERS, Julian. *Proportionality, Discretion and the Second Law of Balancing.* In: PAVLAKOS, George (Ed.). *Law, Rights and Discourse.* Oxford: Hart Publishing, p. 167-188, 2007.

RAZ, Joseph. **The Argument from justice, or How Not to Reply to Legal Postivism.** In: PAVLAKOS, George (Ed.). *Law, Rights and Discourse.* Oxford: Hart Publishin, 2007, p. 17-35.

SAVIGNY, M. F. C. de. *Sistema del derechos romano actual.* Trad. Jacinto Mesia y Manuel Poley. Tomo I. Madrid: F. Gongora y Compañia, 1817.

SCHAUER, Frederick. *Balancing, subsumption, and the constraining role of legal text*. In: KLATT, Mathias (Ed). *Institutionalized reason*. Oxford: Oxford University, p. 307-316, 2012.

SCHWABE, Jürgen (Col. Orig.) *Cinquenta anos de jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal* Trad. Beatriz Hennig; Leonardo Martins; Mariana Biggeli de Carvalho; Tereza Maria de Castro; Viviane Geraldine Ferreira. Montevideo: Konrad Adenauer Stiftung, 2005.

SIECKMANN, Jan-Reinard. *La teoría del derecho de Robert Alexy: Análisis e crítica*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2014.

\_\_\_\_\_. *Human Rights and the Claim to Correctness in the Theory of Robert Alexy*. In: PAVLAKOS, George (Ed.). *Law, Rights and Discourse*. Oxford: Hart Publishing, p. 189-205, 2007.

\_\_\_\_\_. *Problemas de la teoría principialista de los derechos fundamentales*. In: CLÉRICO, Laura; SIECKMANN, Jan-R e OLIVER-LANANA, Daniel (Coords.). *Derechos fundamentales, principios y argumentación: Estudios sobre la teoría jurídica de Robert Alexy*. Granada: Ed. Comares, 2011, p. 37-71.

SIFUENTES, Mônica. **Direito fundamental à educação: a aplicabilidade dos dispositivos constitucionais**. Porto Alegre: Núria Fabris, 2009.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 18 ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

TEIFKE, Nils. **Flexibilidade da dignidade humana? Para a estrutura do artigo 1, alínea 1, da lei fundamental**. In: *Direito natural, direito positivo, direito discursivo*. Luís Afonso Heck (org.). Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p. 171-188.

TREVISAN, Leonardo. Os Direitos Fundamentais Sociais na Teoria de Robert Alexy. **Revista Caderno do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir/UFRGS**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, agosto, 2015, p. 139-169.

\_\_\_\_\_. **Ponderação, argumentação, racionalidade**. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2017.

WRÓBLEWSKI, Jerzy. *Towards Foundation of Judicial Reasoning*. In: KRAWIETS, Werner; ALEXY, Robert. *Metatheorie juristischer Argumentation*. Berlin: Buncher & Humblot, 1983, p. 233-253.